

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, EXPORTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Fernando B. Homem de Melo¹

1. INTRODUÇÃO

Duas das funções tradicionalmente definidas para o setor agrícola, ao longo do processo de desenvolvimento econômico, aparecem de forma bastante destacada no quadro atual da economia brasileira. De um lado, a delicada situação do balanço de pagamentos, a partir de 1974, com a crise do petróleo estabelece uma pressão sobre o setor agrícola para a obtenção de crescentes excedentes exportáveis; de outro lado, o debate que se efetuava sobre aspectos distributivos do desenvolvimento do País, a partir dos primeiros resultados do censo de 1970, tomou ímpeto com as dificuldades econômicas, a partir de 1974, e o questionamento do próprio modelo de desenvolvimento até então seguido. Nesse contexto, passou-se a criticar a "excessiva" abertura da economia brasileira, em detrimento de aspectos fundamentais do atendimento do mercado interno, tais como a disponibilidade e preço relativo dos bens mais importantes para a parte da população com menores rendas.

Esse quadro retrata a dupla pressão a que está sujeito o setor agrícola brasileiro na presente conjuntura. Enquanto o aumento das exportações agrícolas exige a utilização de recursos produtivos, a evolução dos preços de alimentos no mercado interno passa a ser observada como um indicador da distribuição de renda real. No curto prazo, pelo menos, uma melhoria no desempenho da produção de alimentos deve afetar, através da exigência de recursos, o desempenho do setor agrícola de exportação, em termos de produção e quantidade exportada². Não se pretende apresentar soluções definitivas a um problema bastante complexo e envolvendo questões de natureza política; ao contrário, o objetivo é mais modesto e voltado a uma discussão adicional sobre a agricultura na atual conjuntura e sobre o uso de alguns instrumentos de Política

¹ Professor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo

² A consideração do setor agrícola brasileiro dividido em dois subsectores, exportáveis e de mercado interno, é feita em Homem de Melo (1978), baseando-se na exposição ou não exposição e variáveis econômicas' de natureza internacional

econômica. Assim, este trabalho está dividido em duas partes principais: na primeira, procura-se caracterizar o problema de exportações agrícolas e da distribuição de renda até o momento atual, enquanto que na segunda parte são discutidas rapidamente as opções de política econômica existentes, assim como algumas das dificuldades antevistas.

2. A CRISE DO SETOR EXTERNO E ASPECTOS DISTRIBUTIVOS

A situação do balanço de pagamentos inverteu-se drasticamente a partir de 1974, o primeiro ano em que o completo impacto da crise do petróleo, e consequente deterioração dos termos de troca, se fez sentir. Um resumo das contas externas do Brasil é apresentado no Quadro 1. Alguns pontos podem ser imediatamente indicados: a) o acréscimo de importações em 1974 foi superior a 100% em relação a 1973, menos da metade do qual pode ser explicada pela elevação do preço de petróleo e consequente maior dispêndio; b) as exportações estiveram sempre em elevação no período, de modo a se chegar a um equilíbrio no balanço comercial em 1977; c) as magnitudes bastante elevadas do resultado líquido da conta de capital, indicando o maior endividamento externo como um dos mecanismos do ajustamento no curto prazo.

Adicionalmente, são apresentadas, no Quadro 2, as exportações brasileiras nesse período, desagregadas em exportações agrícolas, semimanufaturados e manufaturados. Alguns pontos básicos podem ser detectados: a) as exportações agrícolas apresentaram crescimento em todos os anos do período, mas seguindo um padrão bastante irregular, causado, principalmente, por variação em preços internacionais e na produção doméstica de vários produtos¹. A esse respeito, deve-se enfatizar o caso do café em 1976 e 1977, com exportações próximas a US\$ 2.500 milhões e, em grande parte, responsável pelas taxas mais elevadas de crescimento das exportações agrícolas totais; b) as exportações de manufaturados também apresentam irregularidade no período, ainda que sempre crescendo. Os anos de 1975 e 1976 foram de desempenho relativamente pior quanto ao crescimento verificado, além de que o desempenho desse grupo é particularmente influenciado pelos produtos manufaturados de origem agrícola².

As perspectivas das exportações agrícolas em 1978 não são encorajadoras, em função, basicamente, do declínio dos preços de café e das quebras nas safras da região centro-sul por razões climáticas. É de se duvidar que, com esses acontecimentos negativos, o total das exportações brasileiras alcance o valor obtido em 1977. Adicionalmente, a queda do preço do café no mercado internacional é uma clara indicação da natureza temporária de parte importante da receita cambial do País nos anos de 1976 e 1977

¹ Entre os casos mais importantes dessas circunstâncias, destacam-se o açúcar, algodão, cacau e café.

² Entre outros, suco de laranja, óleos vegetais, café solúvel e carnes industrializadas.

Quadro 1 - Brasil: Balanço de Pagamentos (US\$ Milhões), 1973-77

Contas	1973	1974	1975	1976	1977
1.Comercial	7	-4.563	-3.000	-2.218	140
1.1Exportação	6.199	7.968	8.500	10.128	12.139
1.2Importação	-6.199	-12.531	-12.300	-12.347	-11.999
2.Transferências	-1.695	-2.312	-3.200	-3.915	-4.425
3.Transações correntes 1+2	-1.688	-6.876	-7.000	-6.133	-4.285
4.Capital(líquido)	3.512	6.894	5.000	8.066	4.945
5.Erros e Omissões	355	-67	-	459	-200
6.Saldo(déficit)	2.179	-1.049	-2.000	2.392	460

Fonte: Conjuntura Econômica, diversos números.

Quadro 2 - Brasil: Exportações Agrícolas, Semimanufaturados e Manufaturados, 1973-77. (US\$ Milhões) (a)

Tipo	1973	1974	1975	1976	1977
Agrícolas	3.697	4.006 (8,4)	4.103 (2,4)	5.135 (25,2)	6.054 (17,9)
Semimanufaturados	476	917 (92,6)	849 (-7,4)	842 (-0,8)	1.044 (24,4)
Manufaturados	1.465	2.263 (54,5)	2.586 (14,3)	2.776 (7,3)	3.845 (38,5)
Total	6.199	7.951 (28,3)	8.655 (8,9)	10.128 (17,0)	12.139 (19,9)

Fonte: Conjuntura Econômica diversos números

- Os números entre parênteses abaixo das magnitudes das exportações mostram as variações Percentuais em relação ao ano imediatamente anterior.
- O único ajustamento feito para se chegar ao total de exportações agrícolas foi subtrair a exportação de minérios da de produtos básicos; o resultado, é claro, ligeiramente superestima o total agrícola.

Por outro lado, ainda que algumas alterações tenham ocorrido¹ a base da política cambial e comercial continua inalterada. Assim, o sistema de minidesvalorizações continua em vigor, assim como o conjunto de medidas visando à promoção das exportações de manufaturados. Não há dúvida de que resultados positivos, principalmente com as exportações de manufaturados², foram conseguidos nos últimos anos, mesmo em um quadro de crescimento econômico relativamente pequeno nos países desenvolvidos. Já com relação ao setor agrícola e excetuando-se o desempenho da soja e subprodutos, o total transacionado tem sido fortemente influenciado por preços temporariamente favoráveis de alguns produtos importantes, como açúcar, cacau e café. O atual

¹ Ver Homem de Meio e Zockun (1977).

² Estas medidas voltaram a ser questionadas por países desenvolvidos, devendo fazer parte das discussões de política comercial no âmbito do GATT. A continuação da política de incentivos fiscais nos próximos anos está, assim, sujeita a uma maior incerteza.

declínio do preço de café deverá repercutir não apenas no valor exportado no presente ano, mas, principalmente, na receita cambial em 1979¹.

Portanto, em que pesem os resultados positivos até agora obtidos, a natureza temporária dos ganhos com alguns importantes produtos e o próprio fato do setor agrícola ainda ser penalizado em nossa política comercial², são fatores justificando a consideração de medidas estimuladoras das exportações de produtos agrícolas, visando, com isso, a elevar a taxa de crescimento de nossas exportações totais³. Nessa direção, estariam uma desvalorização do cruzeiro em uma magnitude razoável e/ou a isenção (crédito) de impostos indiretos⁴ nas transações externas com produtos in natura.

Aceitando a consequência dessas medidas, como alterando o preço relativo entre produtos agrícolas exportáveis, tipicamente de mercado interno, a previsão econômica seria de expansão do primeiro, inclusive através da utilização de recursos originários do subsetor agrícola doméstico. Como já mencionado, isso tenderia a afetar negativamente o desempenho deste último (produção e preços), com consequências regressivas quanto à distribuição da renda real. Em função da gravidade de um resultado dessa natureza, tentar-se-á, a seguir, verificar o comportamento de alguns preços relativos nos últimos dez anos, exatamente aqueles considerados de maior abertura ao exterior.

Como se sabe, a segunda metade da década de 60 apresentou dois acontecimentos importantes relacionados ao setor externo de nossa economia: a) a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais (em 1968) e b) o início de um período favorável dos termos de troca, inclusive quanto ao comportamento de preços internacionais de produtos agrícolas. Estes dois acontecimentos favoreceram o setor agrícola de exportação, o primeiro, reduzindo o risco envolvido na remuneração real, e o segundo, elevando essa remuneração real. Desse modo, as consequências alocativas na agricultura seriam semelhantes às descritas acima, para a introdução de medidas estimuladoras às exportações agrícolas, isto é, elevação do preço dos produtos exportáveis em relação aos de mercado interno.

¹ A cotação do café em New York em julho de 1978 era, praticamente, igual à de março/abril de 1976, período anterior aos grandes ganhos auferidos pelo Brasil.

² Ver Zockun et al. (1976).

³ Quanto às medidas consideradas, a preocupação é apenas com a direção e não com magnitudes exatas.

⁴ Este tipo de medida exigiria, caso desejado, a introdução de esquemas compensatórios ao setor exportador de produtos agrícolas processados.

No quadro 3, procura-se retratar a evolução da relação de trocas agricultura-indústria no período de 1966-75, parte considerável do qual inclui os anos com termos de troca no mercado externo bastante favoráveis. A primeira coluna apresenta essa relação de trocas, com base apenas em produtos tipicamente transacionados no mercado interno, basicamente produtos alimentares, enquanto que as duas outras colunas consideram essa evolução para os produtos de mercado externo. Pode-se perceber, com esses dados, que em 1969 inicia-se uma fase favorável para a relação de trocas dos dois grupos de produtos de exportação, fase esta que ainda perdurava em 1975. Por outro lado, o preço relativo dos produtos de mercado interno começa a se elevar em 1970 e apenas em 1975 mostra sinais de queda. Deve-se lembrar, também, que maior parte do período considerado no Quadro 3 corresponde aos anos de elevado crescimento econômico e, portanto, maior crescimento da demanda de alimentos¹. Assim, a evolução dos preços de alimentos no mercado interno estava sendo afetada, de modo importante, tanto pela oferta como pela demanda desses produtos.

A esta altura, acredita-se ser útil a introdução de informações mais específicas a respeito da importância do componente alimentação no orçamento familiar entre classes de renda. Com os dados do Quadro 4, pode-se perceber a grande importância relativa dos gastos com alimentação para a classe de menor renda na amostra (2/6 salários-mínimos) e a diminuição do peso desse componente, à medida que se caminha para classes de renda mais elevadas. Fica, assim, evidente a importância, em termos distributivos, no lado do dispêndio, da evolução dos preços dos produtos incluídos no componente alimentação². Como a evolução dos preços agrícolas, a partir de 1969, foi de alta em relação aos industriais, é possível que a distribuição da renda real, nesse período, tenha sido negativamente afetada.

3. AS OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA

O quadro do setor agrícola brasileiro, retratado brevemente para os últimos anos, mostra o conflito enfrentado na formulação de política econômica, através da dupla pressão a que o setor está sujeito. De um lado, a situação delicada do balanço de pagamentos a partir de 1974 e a necessidade de se aumentarem as exportações, inclusive agrícolas. De outro, o inadequado abastecimento do mercado interno de produtos alimentares, principalmente quanto à evolução de preços, suas consequências distributivas e em níveis nutricionais.

¹ É bom lembrar que estamos assumindo que os preços dos produtos de mercado interno são afetados pelos de mercado externo, mas o inverso parece não ser verdadeiro, em face da demanda externa altamente elástica destes últimos, pelo menos no grupo Mercado Externo 1.

² Wiilianson (1977) analisou, para os Estados Unidos, nos últimos 80 anos, a questão da evolução do preço relativo dos bens salários "estratégicos" e a desigualdade em termos de dispêndio.

Quadro 3 - Evolução da Relação de Trocas Agricultura - Indústria, 1966 -75 (1948=100), Média Móvel trienal (1)

Ano	Mercado Interno (2)	Mercado Interno I (3)	Mercado Interno II (4)
1966	105,8	71,6	80,5
1967	107,1	68,6	74,8
1968	104,0	66,9	76,8
1969	98,3	67,4	81,2
1970	100,8	71,6	86,4
1971	103,1	76,7	93,5
1972	118,9	90,4	105,4
1973	130,6	98,0	114,9
1974	138,8	101,3	125,7
1975	137,9	102,2	147,2

Fonte: Dados originais, Instituto de Economia Agrícola e Conjuntura Econômica.

(1) Média móvel trienal da razão entre preços recebidos pelos agricultores de São Paulo e o índice de preços de produtos industriais (índice 18 da Conjuntura Econômica).

(2) Produtos: batata, mandioca, arroz, feijão, cebola, ovos, suínos e leite.

(3) Produtos: algodão, soja, amendoim, mamona e chá.

(4) Produtos: os cinco de I mais café, cana, laranja e banana.

Assim, são consideradas como extremamente relevantes questões do seguinte tipo: a) é possível delinear-se uma política econômica que consiga encaminhar (ao longo do tempo) a solução do problema do balanço de pagamentos, via, inclusive, maiores exportações agrícolas, ao mesmo tempo em que se cuida de aspectos da distribuição da renda real? b) em caso afirmativo, quais as implicações, em termos de alocação de recursos entre os setores de economia? Estas não são questões fáceis e não se pretende ter as respostas, mas, sim, apenas incentivar a discussão econômica desses pontos, ao mesmo tempo em que são apresentadas algumas linhas de considerações julgadas relevantes.

As medidas que poderiam ser introduzidas, visando ao aumento das exportações, principalmente as agrícolas, são menos controvertidas que aquelas orientadas para se evitar as consequências distributivas e nutricionais. Como já mencionado, para o primeiro objetivo ter-se-iam medidas como uma desvalorização cambial mais acentuada e/ou isenção (crédito) para impostos indiretos nas transações externas com produtos agrícolas¹. O importante para a discussão que se segue é aceitar o resultado de que essas medidas elevariam a remuneração real dos produtos exportáveis em relação aos produtos agrícolas de

¹ Essas medidas poderiam ser parte de uma reformulação mais ampla, entre outras, das políticas cambial, comercial e fiscal. O próprio setor agrícola poderia ter outras formas de taxaço como, por exemplo, um imposto territorial rural mais efetivo. Outra possibilidade é a diminuição de taxaço sobre o trabalho, principalmente nos setores não agrícolas

mercado interno, tendendo, portanto, a atrair recursos destes últimos para se aumentar a produção dos primeiros, além de também ser um incentivo para expansão da área cultivada, com investimentos adicionais nesse setor. Assim, a produção de alimentos para o mercado interno seria negativamente afetada, o que teria os reflexos nutricionais e distributivos já enfatizados.

Quadro 4 - Comportamento das Ponderações dos Componentes do Índice do Custo de Vida entre Classes de Renda (1)

Item	2/6	6/10	10/33
Alimentação	43,5	36,3	26,6
Habitação	22,7	20,7	20,5
Despesas pessoais	13,6	16,4	18,9
Transportes	6,3	8,2	11,1
Vestuário	6,4	8,6	8,7
Saúde	5,3	6,2	7,8
Educação	2,2	3,6	6,4

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - Índice do curso de vida, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1971.

(1) Os números indicadores de classes de renda referem-se a salários mínimos. As proporções das famílias em cada classe são: 2/6-46,9%, 6/10-20,6% e 10/33-23,8%.

Desse modo, é importante a consideração de medidas adicionais de política econômica, visando corrigir esses aspectos negativos resultantes. Nesse caso, estariam alguns instrumentos, atualmente merecendo uma análise mais profunda, que poderiam conduzir a uma melhoria nutricional e distributiva, atuando através da demanda, - ou por alteração na quantidade -demandada de alimentos no mercado. Medidas dessa natureza têm sido utilizadas, ao longo do tempo, por diversos países; mesmo no Brasil, é possível observar as suas utilizações para alguns produtos alimentares. Sem a preocupação de se esgotarem as possibilidades alternativas, são citadas as seguintes variantes:

- a) Subsídios para produtos alimentares específicos, mas aplicáveis a todos os consumidores;
- b) Subsídios para produtos alimentares específicos, mas aplicáveis apenas aos consumidores com menores níveis de renda;
- c) Sistemas de preços administrados por órgãos governamentais e diferentes para produtores e consumidores;
- d) Programas de transferência direta de renda monetária para parte da população, incluindo-se os programas vinculados ao consumo de alimentos.

Embora alguns programas enquadrando-se nesse espírito existam no Brasil, o caso do trigo e seus produtos sendo um bom exemplo da alternativa c, o retrospecto da política econômica do País evidencia uma concentração muito maior

em medidas para a produção e comercialização de produtos agrícolas¹, aliás nem sempre com resultados adequados². A consideração acima, das medidas alinhadas, não é feita no sentido de serem as únicas importantes; pelo contrário, a solução do problema alimentar no Brasil exigirá a introdução de outros instrumentos e o aperfeiçoamento dos já existentes, mas vários deles necessitando de um horizonte mais longo para a obtenção dos resultados³.

As alternativas a - d, acima listadas, atuam no mercado de produtos agrícolas através de alterações nos preços de determinados alimentos, ou na renda de uma parcela de consumidores. Os grupos populacionais a serem incluídos seriam alvo de uma decisão prévia, assim como os produtos a serem incluídos e as magnitudes das alterações em preços e da transferência⁴. É evidente que, idealmente, essas decisões necessitam, para serem tomadas, informações e estimativas difíceis de serem obtidas. Isso, entretanto, não tem impedido que, no caso brasileiro, alguns programas da natureza visualizada acima fossem implementados. Por exemplo, a experiência mais comum é aquela envolvendo a alternativa de preços administrados para produtores e consumidores, em alguns casos envolvendo subsídios significativos; provavelmente os mais conhecidos são aqueles para açúcar e trigo, fontes importantes de nutrientes para as famílias de menores rendas⁵.

Estes dois produtos, entretanto, apresentam algumas características importantes, em comparação com outros produtos alimentares, principalmente a maior concentração geográfica da produção e a necessidade de processamento industrial envolvendo um número relativamente pequeno de firmas. É provável que para certos alimentos, como feijão, arroz e mandioca, a ausência dessas características dificulte a implementação de programas semelhantes, que, basicamente, procuram subsidiar o preço ao consumidor sem penalizar o produtor agrícola.

A viabilidade administrativa de programas dessa natureza (a-d, acima) é um fator muito importante a ser considerado ex ante, sob pena de a credibilidade da própria política ser negativamente afetada, caso falhas e dificuldades ocorram após a sua implementação. Nesse aspecto, os programas que procuram isolar uma

¹ Ver Homem de Melo (1978).

² O trabalho de Sayad (1977) sobre crédito rural subsidiado é um bom exemplo.

³ Entre eles vale mencionar a geração de tecnologias para a produção de alguns alimentos e a ocupação da fronteira agrícola. Deve-se destacar que alguns instrumentos, como estoques reguladores, visando maior estabilidade de preços, podem ser implementados mais rapidamente.

⁴ Os estudos de economia da nutrição têm avançado de modo importante nos anos mais recentes no Brasil; para uma revisão de alguns deles e apresentação de evidências para a cidade de São Paulo, ver Alves e Vieira (1978). Esses autores também evidenciam uma insuficiência mais calórica que proteica para as famílias pobres e a importância da renda real para a explicação da deterioração nutricional ao longo do tempo.

⁵ Os dados de Alves e Vieira (1978) permitem verificar que açúcar e pão correspondem a 31,6% de total de calorias/dia e a 23,5% (pão) do total de proteínas das famílias com renda até salário mínimo, no município de São Paulo, em 1971.

parte da população consumidora como beneficiária deverão ser bem mais complexos, do ponto de vista administrativo¹.

Por outro lado, a alternativa de subsídios para produtos alimentares específicos e generalizados a toda a população consumidora, como, por exemplo, através da isenção de impostos indiretos, parece ser administrativamente mais fácil, mas apresentando problemas adicionais de maior custo para o governo e de necessidade de alterações do sistema fiscal, principalmente no que se refere à receita tributária dos estados².

Essas breves considerações evidenciam a necessidade de, após a discussão dos objetivos de política dessa natureza, serem examinados os instrumentos alternativos disponíveis, de acordo com alguns critérios. Entre eles estariam os custos para o governo, a viabilidade administrativa, os ajustamentos na produção de alimentos, os efeitos sobre preços pagos pelos consumidores e recebidos pelos agricultores, a necessidade de maiores importações e outros, inclusive medidas complementares³. As dificuldades não devem ser um desestímulo a todos os envolvidos, em função dos importantes retornos sociais que podem ser obtidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou retratar a dupla pressão a que está sujeito o setor agrícola brasileiro na situação atual da economia do País. Na realidade, o quadro descrito indica a necessidade de se obter uma maior produção de exportáveis e também uma maior produção de alimentos tipicamente consumidos no mercado interno. O fundamental a respeito de um objetivo dessa natureza é a exigência de recursos adicionais para o setor agrícola no curto prazo, na forma de terra, capital e trabalho, através das decisões alocativas dos setores privado e público, este último por uma reorientação dos gastos governamentais. Isso, sem dúvida, é uma alteração importante em relação ao modelo de desenvolvimento utilizado pelo Brasil, a partir de segunda guerra, em que a industrialização generalizada foi parte central de estratégia.

As medidas necessárias a um maior estímulo das exportações agrícolas são de natureza menos controversa que aquelas voltadas a objetivos nutricionais e distributivos. Estas últimas se caracterizam por dificuldades administrativas que, em algumas alternativas, podem ser bastante complexas; nesse caso estaria a intervenção governamental via preço do produto e procurando isolar uma parte da população consumidora como beneficiária. É provável que, nesse aspecto, os programas de transferência de renda vinculada ao consumo de alimentos sejam de mais fácil operação, ainda que determinados problemas na implementação

¹ Os programas de transferência direto de renda. Inclusive os vinculados ao consumo de alimentos, são mais favoráveis nesse aspecto.

² Essa mesma dificuldade estaria presente no caso de isenção do ICM para os produtos de exportação. Recentemente, uma proposta para diminuir o subsídio no crédito agrícola e usar os recursos financeiros para a isenção de ICM nas transações com produtos agrícolas foi apresentada.

³ Por exemplo, os produtos alimentares de mercado interno apresentam maior instabilidade de preços recebidos que os de mercado externo. Assim, estoques reguladores podem ser contemplados, como uma medida complementar. Ver Homem de Melo (1978).

possam existir; a experiência de outros países com programas dessa natureza é um fator facilitando a sua introdução no Brasil.

Ao finalizar, dois pontos adicionais merecem ser destacados. Em primeiro lugar, não é necessário que a ordem das medidas discutidas no texto seja a de implementação. Isto é, não é necessário que primeiro se estimule a produção de exportáveis para depois se introduzirem as medidas orientadas à produção e consumo de alimentos. Ao contrário, é possível mesmo que, inicialmente, deva-se dar mais ênfase a estas últimas e transcorridos alguns anos, maior ênfase às primeiras. Por exemplo, os anos de 1976 e 1977, favoráveis que foram em termos de receita cambial com café, teriam sido apropriados à introdução das medidas nutricionais e distributivas e relativamente menor ênfase aos produtos de exportação, através dos instrumentos cambial e comercial.

Em segundo lugar, a consideração das alternativas a - d, mencionadas no texto, de modo algum impede que instrumentos complementares sejam introduzidos com relação à produção de alimentos, tanto a curto como com resultados a mais longo prazo. Por exemplo, para as alternativas a, b e d, não se exclui a consideração imediata de medidas estabilizadoras de preços e renda, assim como os esforços governamentais na geração de novas tecnologias e uma reorientação da política de ocupação da fronteira agrícola, ambas provavelmente com resultados menos imediatos.

5. LITERATURA CITADA

1. ALVES, E.L.G. e J.L.T. Vieira. Evolução do Padrão Alimentar da População da Cidade de São Paulo. Seminário sobre Economia da Tecnologia, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 27-29 de junho, 1978, São Paulo.
2. HOMEM de MELO. F.B. A Política Econômica e o Setor Agrícola no Após-Guerra, Documento no 5, Seminário de Economia Brasileira, Fundação Instituto de Pesquisas, Econômicas - Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, junho de 1978.
3. HOMEM de MELO, F.B. Agricultura Brasileira: Incerteza e Disponibilidade de Tecnologia. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e relativa ao concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Economia, São Paulo, 1978.
4. HOMEM DE MELO, F.B. e M.H.G. Zockun. Exportações Agrícolas, Balanço de Pagamentos e Abastecimento do Mercado Interno. Estudos Econômicos 7 (2):9-50, 1977.
5. SAIAD, J. Planejamento, Crédito e Distribuição da Riqueza. Estudos Econômicos 7(1).-9-34, 1977.
6. WILLIANSO, J.G. "Strategic"Wage Goods. Prices and Inequality. American Economic Review 67 (2): 29-41, 1977.
7. ZOCKUN, M. H. G. et alii, A Agricultura e a Política Comercial Brasileira. São Paulo, IPE-USP. Série Monografias n o 8, 1976.